

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.655 - MG (2018/0315531-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : WELINGTON ANTONIO DA SILVA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
JANAINA TABAJARA DE OLIVEIRA - MG087324N

DESPACHO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local.

Verifico à e-STJ fl. 203 que, a despeito da intimação realizada, a Defensoria Pública deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentar contrarrazões, peça indispensável para o julgamento do recurso especial segundo a jurisprudência desta Corte, sob pena de nulidade absoluta por violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR DATIVO E DE CONTRARRAZÕES. NULIDADE ABSOLUTA.

[...]

4. A jurisprudência desta Corte firmou compreensão no sentido de que a apresentação de contrarrazões é indispensável ao julgamento do recurso ministerial.

5. Agravo regimental provido para anular a decisão agravada, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para a regular intimação pessoal da defesa, com a consequente reabertura do prazo processual relativo às contrarrazões ao recurso especial. (AgRg no REsp 1292521/GO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 23/9/2014, DJe 3/10/2014.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RESP. NÃO APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO MINISTERIAL. INÉRCIA DO DEFENSOR DATIVO. PEÇA ESSENCIAL. NULIDADE RECONHECIDA. EMBARGOS ACOLHIDOS.

I. Verificado que o defensor dativo, não obstante regular intimação pessoal, deixou de apresentar contrarrazões ao recurso ministerial e, ainda, que não foi determinada a intimação do recorrido para constituir novo patrono ou aberta vista à Defensoria Pública para a

apresentação das contrarrazões, peça considerada indispensável pela jurisprudência desta Corte, evidencia-se a nulidade do julgamento do recurso especial.

II. Embargos acolhidos para anular o julgado embargado, determinando-se o retorno dos autos à origem, a fim de que seja nomeado defensor público ao ora recorrido, para que esse apresente as devidas contrarrazões ao recurso especial interposto pelo Ministério Público.

III. Embargos acolhidos, nos termos do voto do relator. (EDcl no REsp 1188525/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2011, DJe 17/08/2011.)

Diante do exposto, determino novamente a intimação da Defensoria Pública para oferecimento de resposta ao presente recurso especial.

Posteriormente, voltem-me os autos conclusos.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator